



09 DE AGOSTO DE 2018

Quinta-feira

- PRODUÇÃO INDUSTRIAL CRESCE EM JUNHO EM 13 DOS 15 LOCAIS PESQUISADOS PELO IBGE
- VENDAS INDUSTRIAIS SOBEM NO PR
- INDÚSTRIA PODE RETOMAR MERCADO COM ACORDO
- INDÚSTRIA COMEÇA A SE RECUPERAR COM DEMANDA
- ARTIGO: O BRASIL QUER MAIS COMÉRCIO GLOBAL
- BRASIL E EGITO DISCUTEM AMPLIAÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS BILATERAIS
- MDIC ABRE CONSULTA PÚBLICA SOBRE NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS COM SINGAPURA
- CURITIBA GANHA PRIMEIRO CENTRO AUTOMOTIVO DE LUXO DO SUL DO BRASIL
- ARTIGO: O PAPEL RECENTE DO MERCADO DE CAPITAIS
- É UM BOM MOMENTO PARA OLHAR PARA INVESTIMENTOS NO BRASIL, DIZ ESTRATEGISTA DA GESTORA BLACKROCK
- IPC-S ACELERA EM 5 DAS 7 CAPITAIS ANALISADAS NA 1ª QUADRISSEMANA DE AGOSTO
- DÓLAR OPERA EM ALTA COM EXTERIOR E POLÍTICA LOCAL
- NOVO PRESIDENTE TERÁ DE INDICAR REGRA DE REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO EM ABRIL
- ARTIGO: RECEITA TRIBUTÁRIA REAGE MENOS AO CRESCIMENTO
- CONTA DE LUZ DEVE TER CUSTO EXTRA COM BANDEIRA VERMELHA ATÉ RETA FINAL DO ANO, DIZ ONS
- TEMER SANCIONA MP DO FRETE E VETA ANISTIA ÀS MULTAS DA GREVE DOS CAMINHONEIROS
- SENADO APROVA MPs QUE GOVERNO NEGOCIOU COM CAMINHONEIROS PARA ENCERRAR GREVE

- EIXO SUSPENSO FICA ISENTO DE PEDÁGIO
- IMPACTO DA GREVE DOS CAMINHONEIROS NA INFLAÇÃO FOI PONTUAL, AVALIA IBGE
- NOVO CÁLCULO DE SUBVENÇÃO INCLUI CUSTOS DE IMPORTAÇÃO E DEVE ENCARECER DIESEL
- COMISSÃO ESPECIAL APROVA PARECER DA MP DO DIESEL
- RELATOR DA MP DO DIESEL DIZ QUE DESISTIU DE PRORROGAR SUBSÍDIO ATÉ FEVEREIRO
- CADE PEDE DADOS DE APURAÇÃO SOBRE INVESTIGAÇÃO DE DISTRIBUIDORAS
- APESAR DE INFLAÇÃO BAIXA, ENERGIA E COMBUSTÍVEIS PESAM NO CUSTO DE VIDA
- GLENCORE TEM LUCRO SEMESTRAL RECORDE E VÊ CUSTOS MAIS ALTOS
- CSN ESPERA FECHAR VENDA DE ATIVOS NO EXTERIOR ATÉ OUTUBRO
- CENTENÁRIA, VOTORANTIM AMPLIA DIVERSIFICAÇÃO
- CONSUMO DE GNV NO BRASIL DEVE CRESCER 12% EM 2018, PREVÊ ABEGÁS
- DEPUTADO 'MAIS RICO' DA CÂMARA SERÁ RELATOR DA MP DO PROGRAMA ROTA 2030
- FENABRAVE NEGOCIA ATIVAR RENAVE E RENOVAÇÃO DE FROTA COM O GOVERNO
- BRIDGESTONE CONFIA EM CRESCIMENTO PARA ESTE ANO
- FIRESTONE FS 440 PROMETE RODAR 20% A MAIS
- LUCRO DA RANDON CRESCE 263% NO SEMESTRE, RECEITA AVANÇA 48%

CÂMBIO		
EM 09/08/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,797	3,798
Euro	4,401	4,404

Fonte: BACEN

Produção industrial cresce em junho em 13 dos 15 locais pesquisados pelo IBGE

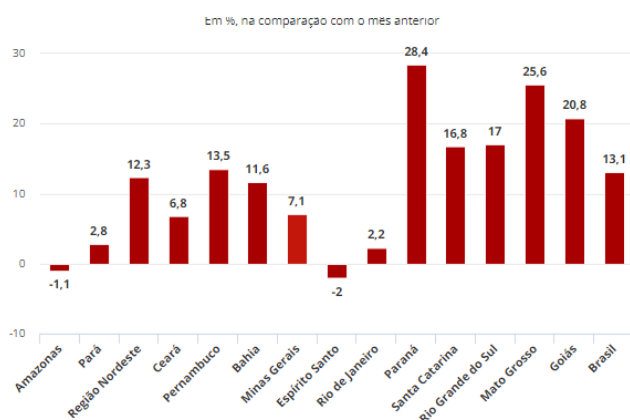
09/08/2018 – Fonte: G1

As maiores altas foram no Paraná (28,4%), Mato Grosso (25,6%), Goiás (20,8%) e Rio Grande do Sul (17,0%). Na média, produção industrial teve alta de 13,1% em junho.

A produção da indústria cresceu em junho em 13 dos 15 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na comparação com maio. É o que aponta o levantamento divulgado pelo instituto nesta quinta-feira (9).

As maiores altas foram no Paraná (28,4%), Mato Grosso (25,6%), Goiás (20,8%), Rio Grande do Sul (17,0%), Santa Catarina (16,8%), São Paulo (14,8%) e Pernambuco (13,5%). Já as duas quedas de junho foram no Espírito Santo (-2,0%) e no Amazonas (-1,1%).

Varição da produção industrial regional em junho



Fonte: IBGE

Na comparação com igual mês de 2017, o setor industrial cresceu em 11 dos 15 locais pesquisados.

Após o tobo de 11% registrado em maio em meio a greve dos caminhoneiros, a indústria brasileira avançou 13,1% em junho, conforme divulgado na semana passada pelo IBGE. No acumulado em 12 meses, a alta é de 3,2%. No fechamento do 2º trimestre na comparação com o 1º trimestre, entretanto, houve queda de 2,5%.

No acumulado nos últimos 12 meses, houve alta na produção em 12 dos 15 locais pesquisados cresceram, mas somente 8 aumentaram o dinamismo na comparação com maio. Bahia (de 0,2% para 1,8%), Região Nordeste (de -0,6% para 0,3%), Pernambuco (de -0,3% para 0,6%), Paraná (de 2,1% para 2,8%) e Pará (de 9,4% para 9,9%) tiveram os maiores ganhos de ritmo, enquanto Espírito Santo (de -1,9% para -3,3%) e Ceará (de 3,0% para 2,3%) registraram as maiores perdas.

Vendas industriais sobem no PR

09/08/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 08-08-2018)

As vendas industriais em junho cresceram +26,24% em relação a maio. No acumulado de janeiro a junho ficaram +5,29% acima do resultado do mesmo período do ano passado. E na análise do mês, as vendas industriais de junho ficaram 11,65% acima das de junho de 2017.

“Isso significa dizer que mesmo após a greve dos caminhoneiros, que teve grande impacto nas vendas de maio, a indústria mantém o ritmo de crescimento. Também é importante destacar que o que deve ser avaliado é o resultado comparativo a igual

período de 2017, não só o registrado de um mês para outro, que pode sofrer interferência de fatores externos na performance do setor, como foi o caso da paralisação”, explica o economista da Fiep, Marcelo Alves.

Indústria pode retomar mercado com acordo

09/08/2018 – Fonte: DCI

livre comércio. Um possível tratado entre Mercosul e Aliança do Pacífico deve permitir que Brasil recupere espaço perdido nas exportações para países integrantes do grupo econômico



A cadeia automotiva é um dos setores entre os beneficiados pela aproximação dos blocos

Um tratado comercial entre Mercosul e Aliança do Pacífico pode fazer a indústria do Brasil reconquistar espaço perdido nos países integrantes daquele bloco. O impasse entre México e EUA, porém, pode acabar atrapalhando acordo.

“Dependendo da ambição da agenda, é possível recuperar mercado nos países da Aliança do Pacífico. Nos últimos dez anos, o Brasil perdeu espaço em todos, menos no Chile, onde ficou estagnado”, diz o gerente de negociações internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fabrizio Panzini.

No dia 24 de julho, durante a 13ª Cúpula da Aliança do Pacífico, bloco econômico formado por Chile, Colômbia, México e Peru, foi assinado um plano de ação para abrir caminho para integração regional com o Mercosul.

“Ainda não há uma negociação de um acordo, o que foi assinado pelos presidentes dos dois blocos é um direcionamento para se chegar a esse tratado”, explica o diretor titular do departamento de relações internacionais e comércio exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Thomaz Zanotto.

De acordo com dados da CNI, entre 2008 e 2017 o Brasil perdeu participação no total de importações realizadas pelo México, que passou de 1,7% para 1,3%, Colômbia, de 5,9% para 5%, e Peru, que caiu de 8% para 6%. No Chile, houve crescimento de 8,4% para 8,6% no período. A entidade calcula que, se o País tivesse mantido sua fatia de mercado no bloco nesses dez anos, teria exportado US\$ 3,99 bilhões a mais.

“O eixo central da aproximação é recuperar nossos mercados nesses países. O impacto inicial deve ser melhorar as regras de comércio entre os dois blocos, reduzindo barreiras e permitindo mais agilidade”, aponta Panzini, destacando os setores automotivo, siderúrgico e de máquinas e equipamentos como os principais beneficiados por um possível acordo.

Na avaliação da CNI, o Brasil perdeu mercado nos países da Aliança do Pacífico na última década devido a melhores condições comerciais do bloco com Estados Unidos, União Europeia (UE) e China. O gerente de negociações internacionais da entidade ressalta que, para a negociação avançar, será necessária vontade política dos oito países envolvidos. “Precisa haver por parte dos mandatários o desejo de aprofundar a

integração entre os blocos. Existem medidas que só podem ser tomadas através de acordo bilaterais entre países.”

Panzini vê possíveis dificuldades para derrubar barreiras tarifárias. “Um acordo mais profundo do México com Brasil e Argentina é um dos pilares que faltam para firmar o tratado. A orientação comercial do próximo governo do México é fundamental.” Ele não acredita que as eleições presidenciais brasileiras terão influência negativa no acordo. “Uma agenda de integração com países em desenvolvimento é defendida por praticamente todos os candidatos.”

Para Zanotto, as tratativas deveriam focar na eliminação de barreiras não tarifárias, facilitação de processos aduaneiros e convergência normativa de produtos. “Essas frentes têm que ser atacadas para serem obtidos resultados mais rapidamente.”

Resposta ao protecionismo

O professor de economia do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais de São Paulo (Ibmec/SP), Roberto Dumas, chama atenção para a aproximação entre os dois blocos ocorrendo em um momento em que o Estados Unidos tenta impor uma série de medidas protecionistas. “Há um aspecto geopolítico maior, de costurar acordos como resposta a essas políticas de Donald Trump.”

Zanotto acredita que um possível entrave para um acordo mais abrangente é o fato do México estar atualmente envolvido em discussões para a renovação do Acordo de Livre Comércio da América (Nafta). “O país representa 60% do bloco e está focado nessa questão com os EUA. Enquanto isso não se resolver, é difícil que o México se envolva em algum outro acordo.”

Dumas entende que o acordo entre Mercosul e Aliança do Pacífico seria benéfico para indústria brasileira, mas pode mexer com a dinâmica de alguns setores. “Seria ótimo para a economia. Mas para a indústria automotiva, por exemplo, pode trazer competição de fora. Caso o Trump ataque o Nafta e imponha tarifas na importação de veículos, o México pode buscar o mercado brasileiro. Isso poderia conduzir a nossa indústria a uma maior produtividade para ser mais competitiva.”

Zanotto vê o movimento dos EUA também atrapalhar outras negociações do Mercosul. “Conversas com UE, Japão e Canadá ficam difíceis, pois o EUA é um parceiro importante para essas economias e atrasa a negociação conosco.” Especificamente sobre o acordo entre Mercosul e União Europeia, Zanotto espera que pontos importantes, sejam destravados na próxima reunião, marcada para setembro.

“Continuamos otimistas de que ao menos o acordo político seja anunciado em 2018. No último encontro houve avanço na parte industrial, mas foi desanimador em relação ao setor agrícola.”

Indústria começa a se recuperar com demanda

09/08/2018 – Fonte: DCI

Gerdau e CSN tiveram resultados acima das expectativas no 2º tri, puxados pela alta do preço do aço, maior produção de carros e venda de ativos; setor espera retomada de infraestrutura em 2019

Embora ainda desafiador, o cenário para a siderurgia no Brasil começa a melhorar, especialmente diante da retomada da construção civil, com expectativa de novo fôlego nos investimentos para 2019.

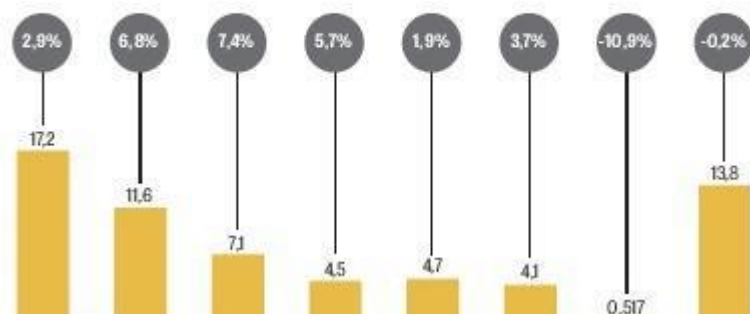
Mas enquanto esperam essa recuperação do mercado, empresas como Gerdau e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) mostraram em seus balanços que fizeram a lição de casa, vendendo ativos e melhorando resultados. Os números superaram o

esperado no segundo trimestre, puxados, principalmente, pela recuperação do setor automotivo.

“O setor [de construção] ainda está longe dos patamares recordes alcançados em 2010 e 2014, mas já há um indício de melhora nos negócios”, afirma o diretor de pesquisa econômica da Pezco Economic and Business Intelligence, Helcio Akeda.

ESQUENTANDO OS FORNOS

Desempenho do setor siderúrgico por produto entre janeiro e junho deste ano, comparado a igual período de 2017 ▶ Em milhões de toneladas



Segundo ele, a expectativa é que, após as eleições presidenciais, ocorra uma retomada também nos investimentos em infraestrutura. “Com os governos voltando a fazer licitações, a tendência é de retomada no ambiente para construção pesada e aço longo”, afirma.

Em teleconferência com analistas, o diretor-presidente da Gerdau, Gustavo Werneck, destacou que o setor segue desafiador para a construção civil. “No entanto, vemos recuperação no segmento de varejo, voltado para moradias para a faixa de menor renda, que deve seguir evoluindo ao longo do ano.” Para obras de infraestrutura e construção voltadas para alta renda, porém, ele aposta em uma recuperação somente em 2019.

Para aços especiais, contudo, Werneck, acredita que os baixos níveis de confiança do consumidor devem afetar a produção da indústria automotiva, que teve papel relevante nos resultados do trimestre. “Apesar disso, as perspectivas apontam para um resultado superior ao de 2017.”

A paulatina recuperação do setor automotivo no primeiro semestre e o aumento dos preços do aço puxaram o lucro líquido de R\$ 698 milhões, na Gerdau, resultado 830,7% superior ante ao segundo trimestre do ano passado. As ações da Gerdau fecharam em forte alta de 13,12% a R\$ 17,20.

A CSN, por sua vez, reverteu o prejuízo do último ano, de R\$ 640 milhões, em um lucro líquido de R\$ 1,1 bilhão no segundo trimestre. Os papéis da CSN caíram 0,31% a R\$ 9,59.

Nos dois casos, a venda de ativos teve papel relevante no final. “Esperamos a continuidade do ganho de rentabilidade das empresas, na medida que o desinvestimento permite foco no que é rentável de na redução da alavancagem, disse analista da Coinvalores, Sabrina Cassiano.

Artigo: O Brasil quer mais comércio global

09/08/2018 – Fonte: GS Notícias/Valor Econômico

É bom ver o debate econômico no Brasil começar a incluir o aumento de nossa participação no comércio global como algo fundamental. Não há tema tão urgente em economia e ao mesmo tempo tão usualmente negligenciado em nosso país.

O elevado risco de guerra comercial hoje no mundo se apresenta como um desafio, mas convida o país a uma decisão estratégica: colocar-se ao lado dos que querem a economia global mais aberta. Em sua atividade diplomática, registre-se, o país continua em linha com sua tradição de apoiar o sistema multilateral de comércio sob a égide da OMC. União Europeia, Japão, Coreia do Sul e a maioria dos países em desenvolvimento têm acompanhado a posição brasileira.

Na prática comercial, contudo, o Brasil tem muito o que avançar. Com apenas 1% de todas as trocas internacionais, o país exerce papel coadjuvante no comércio mundial. Baixa produtividade e pequena capacidade de competir resultam de tal isolamento. Inserir-se na economia global é precondição à verdadeira competitividade.

É importante reduzir obstáculos que impedem importações necessárias ao fortalecimento de cadeias produtivas

Promover conquistas sociais ao longo do tempo, o que responderia à justa expectativa dos brasileiros, passa obrigatoriamente pela expansão da riqueza que um aumento de importações e exportações é capaz de trazer. O potencial do comércio em propiciar ganhos de produtividade e de prosperidade compartilhada pode converter-se na principal política social do próximo governo.

A trajetória de ascensão econômica de alguns países em décadas recentes oferece excelente referência. Nações com vantagens competitivas, tamanhos territoriais ou perfis populacionais tão distintos como Chile, México ou Coreia do Sul adotaram diferentes estratégias de aumento do fluxo de comércio e colheram frutos evidentes.

Partiram de níveis de participação do comércio exterior no Produto Interno Bruto não muito diferentes do Brasil de hoje, que é de 24% do PIB, e chegaram a índices de 55%, 77% e 80%, respectivamente. No processo, observaram não somente um aumento direto no nível de produtividade, mas também uma melhora transformadora nos indicadores de desenvolvimento humano.

Conceitos como "substituição de importações" ou "exportar é o que importa" tiveram sua validade histórica, mas a economia global evoluiu. Ganha força a ideia clássica de que a riqueza resulta do fluxo, como já ensinava Adam Smith. Ainda não construímos uma estratégia de inserção internacional. Na realidade, o fluxo é o que importa - e exporta.

Ao longo de toda nossa história, raramente tivemos mais do que 25% do PIB resultante da soma de importações e exportações. Na média, os países integrantes da OCDE têm 55% de seu PIB associados ao comércio exterior. É uma boa referência para mirarmos, diante da diversidade de perfis sociais e econômicos representados na organização. É uma boa chance para aprendermos com acertos e erros de outros países - inclusive no que diz respeito à competitividade e ao ritmo para a inserção internacional.

Importante, nesse contexto, ressaltar que as agendas de abertura e de reformas internas devem andar juntas, pois uma fortalece a outra.

O Brasil precisa ampliar sua participação em acordos comerciais. A entrada do Brasil como observador no Acordo de Compras Públicas da OMC e o protagonismo do país na proposição de um tratado para facilitação de investimentos indicam um novo momento em nossa política de comércio exterior.

É fundamental promover o salto da indústria brasileira diretamente para o modelo 4.0. Não basta fazer a abertura se nossas indústrias não forem capazes de exportar produtos de alto valor agregado. A "manufatura avançada" é o passaporte para redes de valor mais sofisticadas.

Igualmente essencial é abraçar a revolução do comércio eletrônico. Tais inovações serão decisivas para reduzir distâncias geográficas e culturais que contribuem para

nosso isolamento. Novas plataformas digitais têm o potencial não apenas de capacitar PMEs (pequenas e médias empresas) a ingressar no jogo do comércio, mas também ampliar a visibilidade de seus produtos em outros mercados.

Contudo, uma política completa exige enfrentamento de gargalos. São todos conhecidos: infraestrutura pobre; baixa taxa de investimento; sistema tributário confuso e punitivo; alto custo de capital; barreiras não-tributárias e invisíveis para empresas não-especializadas.

É preciso também modernizar as aduanas e implementar com vigor o Acordo de Facilitação de Comércio (concluído na OMC e de que o Brasil faz parte), utilizando tecnologias como o blockchain para eliminar a burocracia que tanto onera as empresas e empreendedores.

Eliminar ou diminuir barreiras tarifárias não resolve por completo os grandes desafios da economia brasileira, mas representa um salto fundamental para nosso desenvolvimento econômico. É mais do que apenas enxergar o problema pela ótica das barreiras que exportadores enfrentam - e que podem ser amenizadas ou extintas mediante acordos comerciais. Trata-se também de reduzir obstáculos que impedem importações necessárias ao fortalecimento de cadeias produtivas inteiras no Brasil, onde há menor acesso a tecnologias e insumos disponíveis a competidores ao redor do mundo.

Espera-se que a agenda de governo dos principais candidatos às eleições de outubro, ora em formação e consolidação, apresente uma visão clara e um conjunto exequível de propostas no campo do comércio internacional.

O assunto a todos interessa - empresas grandes ou pequenas, trabalhadores, consumidores. A rota para elevar a participação do comércio exterior no PIB brasileiro compreende ampla mobilização da sociedade brasileira, incluindo governo, empresas, entidades de representação e academia. Um trabalho de longo prazo, com metas estabelecidas e objetivos claros.

Por sua natureza estratégica, a abertura deve ser construída de maneira coordenada e como resultado de um fórum de trabalho de alto nível, que esteja organizado e atuante desde os primeiros dias da transição para o próximo mandato presidencial, comprometido em construir uma proposta arrojada de abertura econômica para o país.

É vital que essa proposta se transforme em programa de governo. Instituições com experiência internacional a compartilhar como a ICC têm a responsabilidade de contribuir para o debate com conteúdo e cases. Uma boa rota para o início dos trabalhos é começar pelo acesso a insumos no mercado internacional, o que traria de imediato um amplo benefício à competitividade de toda a comunidade produtiva brasileira.

O Brasil quer mais no comércio internacional. Precisamos de um plano realista, desenvolvido e implantado desde o começo de um novo ciclo.

Daniel Feffer é presidente do conselho do ICC (Câmara de Comércio Internacional) Brasil

Brasil e Egito discutem ampliação de comércio e investimentos bilaterais

09/08/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 08-08-2018)

O ministro Marcos Jorge recebeu em audiência, nesta quarta-feira, o ministro e vice-presidente da Organização Al Azhar Al Sharif, Abbas Abdalla Soliman, e o embaixador do Egito no Brasil, Allah Eldin Wagih Mohamed Roushdy, acompanhados de delegação.

Foram discutidos temas relacionados à ampliação do intercâmbio comercial e investimentos bilaterais.

Atualmente, o Mercosul negocia com o Egito um Acordo de Livre Comércio. Além disso, as exportações e importações brasileiras para aquele mercado estão crescendo.

Em 2017, as exportações brasileiras para o Egito cresceram 36% em relação a 2016, passando de US\$ 1,7 bilhões para US\$ 2,4 bilhões. Já as importações brasileiras do Egito, no período, foram 64% maiores em relação ao ano anterior, passando de US\$ 94 milhões para US\$ 155 milhões. Diante desses números, a balança comercial com o Egito resultou em superávit de US\$ 2,263 bilhões para o Brasil.

Em 2016, o resultado também foi positivo para a balança comercial brasileira em US\$ 1,678 bilhões. Por sua vez, a corrente de comércio (exportações e importações somadas) entre os dois países foi de US\$ 2,573 bilhões em 2017, o que representou aumento de 37,9% em relação a 2016 (US\$ 1,8 bilhões). Em 2017, o Egito foi o 35º com maior fluxo de comércio com o Brasil.

MDIC abre consulta pública sobre negociações comerciais com Singapura

09/08/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 08-08-2018)

A secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços abriu nessa terça-feira uma [consulta pública](#) para que o setor produtivo envie manifestações sobre a negociação de acordo de livre comércio entre o Mercosul e Singapura.

O objetivo da consulta é recolher subsídios do setor privado em relação à possibilidade de concessões de acesso preferencial ao mercado nacional de bens para Singapura.

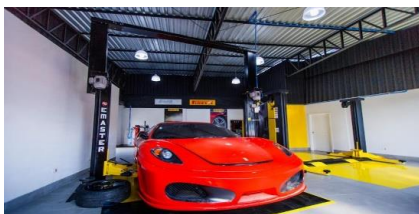
Serão aceitas apenas as manifestações de associações ou entidades de classe, que deverão indicar o grau de sensibilidade dos itens produzidos por seus associados. Os interessados devem preencher [este formulário](#) e enviar para consultas@mdic.gov.br até o dia 21/09.

As informações recebidas pela Secex são de caráter sigiloso e serão analisadas para a definição brasileira quanto às negociações de livre comércio entre o Mercosul e Singapura.

Curitiba ganha primeiro centro automotivo de luxo do Sul do Brasil

09/08/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 08-08-2018)

A unidade conceito irá atender modelos importados como Ferrari, Lamborghini e Porsche, além de veículos multimarcas importados. A tecnologia será um dos diferenciais da oficina, que seguirá os padrões das fábricas



Ricardo Franzen/ Divulgação

O mercado dos carros premium está em alta em Curitiba e o setor ganha um novo nicho, inédito no Paraná. Nesta semana inaugura a unidade conceito Bana Premium, primeiro centro automotivo de luxo, especializado em atender superesportivos e veículos multimarcas importados.

A loja vai oferecer serviços especializados e equipamentos de última geração para modelos de marcas como Ferrari, Lamborghini, Jaguar, Porsche, Mini e carros de alto padrão já conhecido do público curitibano, como BMW, Mercedes-Benz, Volvo e Audi.

O espaço dedicado ao mercado premium faz parte de uma estratégia para ampliar a rede de atendimento no estado. A formatação da unidade de luxo surgiu a partir da necessidade do próprio mercado da capital.

Nosso planejamento estratégico empresarial acompanha o mercado premium, por conta dos nossos próprios clientes, e consideramos uma oportunidade para atender um nicho carente de mão de obra especializada e com mais qualidade.

Jair Bana, presidente do grupo.

A tecnologia será um dos diferenciais do novo centro automotivo, pois atenderá os padrões das fábricas. A unidade será equipada com sistema avançado de balanceamento com alta precisão de medições e alinhador de direção que mensura via sistema imagem tridimensional do carro completo.

“São tecnologias que garantem, principalmente, agilidade no serviço e qualidade que atendem as expectativas dos clientes, que são extremamente exigentes”, explica o presidente.

Lounge VIP

Os donos dos carrões terão um espaço privativo que terá jogos e interação, com simulador de carro de corrida, sala com TVs, poltronas de alto padrão, móveis de design e um coffee bar.

A unidade realizará atendimento de 20 a 25 automóveis por dia, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, e aos sábados das 8h às 13h. O local também possui um espaço especial para guardar pneus de corridas que não estejam sendo usados pelos clientes.

A Bana Premium fica na Rua Rocha Pombo, 109, no bairro Juvevê. Telefone: (41) 3314-9966

Artigo: O papel recente do mercado de capitais

09/08/2018 – Fonte: GS Notícias / Valor Econômico (publicado em 08-08-2018)

Após dois anos de fraco desempenho em 2015 e 2016, o mercado de capitais no Brasil finalmente vivenciou um bom momento. Em 2017, houve expansão de 65% das emissões de instrumentos privados frente a 2016 (R\$ 307 bilhões ante R\$ 186 bilhões), segundo dados da Anbima. Tanto o mercado de capitais doméstico - debêntures, notas promissórias, certificado de recebíveis imobiliários (CRIs) e do agronegócio (CRAs), FDICs e ações (IPOs e Follow ons) -, como as captações externas apresentaram taxas significativas.

Esse desempenho suscita um questionamento importante: estaria o mercado de capitais preparado para ser um ator relevante no financiamento dos investimentos de longo prazo no Brasil? Trata-se de uma pergunta difícil, mas, embora muitos possam responder afirmativamente, uma análise mais completa do que aconteceu em 2017 e no 1º semestre de 2018 sugere alguma cautela com essa interpretação preliminar. É esse o objetivo deste artigo.

Em 2017, as boas condições financeiras internacionais foram fundamentais. Com taxas de juros próximas de zero nas economias avançadas e políticas de afrouxamento quantitativo, elevou-se a demanda por ativos de maior risco, beneficiando as economias emergentes.

Desta forma, diversas empresas brasileiras realizaram captações no exterior. Internamente, as expectativas de retomada da atividade no Brasil (mesmo que gradual) a partir de 2017, associada à queda da inflação e ao forte ciclo de redução da Selic criaram condições favoráveis à emissão de instrumentos privados via mercado de capitais domésticos.

No ano passado, as captações internas via debêntures chamaram atenção, concentrando cerca da metade das emissões e com incremento de 58% em relação a 2016.

Destacam-se algumas características interessantes: 1- a grande maioria foi indexada ao DI; 2- com prazo relativamente curto; 3- concentrada em apenas alguns setores de menor risco; 4- destinadas ao refinanciamento de dívidas ou necessidades de capital de giro; 5- emitidas para uma base restritiva de investidores via instrução CVM 4761; e 6- sendo adquiridas em sua maioria por investidores institucionais, quebrando um padrão observado até então, quando os papéis destinavam-se ao portfólio dos bancos estruturadores da oferta.

O mercado de ações também apresentou expansão significativa, passando de R\$ 10,8 bilhões em 2016 para R\$ 40,1 bilhões em 2017. Tais emissões foram: 1- beneficiadas pela ampla liquidez internacional, uma vez que mais de 50% de suas aquisições foram realizadas por investidores estrangeiros; 2- equilibradas entre IPOs e follow-ons e entre as Instruções CVM nº 400 (emissões convencionais) e nº 476; 3- destinadas, de maneira majoritária, para refinanciamento de passivos e capital de giro das empresas; 4- quase 80% realizadas por empresas listadas no Novo Mercado da B3; 5- e bastante concentradas (60% em dois setores: comércio e transporte/logística).

Vale ainda notar que muitas empresas se aproveitaram da percepção de melhoria do cenário econômico ao longo de 2017 para antecipar suas emissões, haja vista a incerteza e a volatilidade típicas de anos eleitorais.

No entanto, em 2018, os dados disponíveis já mostram início de modificação desse quadro. A expansão do volume das emissões no 1º semestre do ano, em relação ao mesmo período de 2017, desacelerou e foi de apenas 10% (R\$ 132 bilhões vs R\$ 120 bilhões).

O Brasil não pode abdicar de nenhuma fonte de recursos para o financiamento de investimentos

É importante avaliar os instrumentos de financiamento em seus vários recortes. O 1º semestre de 2018 mostrou um comportamento díspar entre as captações externas e as emissões no mercado doméstico.

As primeiras tiveram queda de cerca de 30% em moeda estrangeira (US\$ 17 bilhões vs US\$ 12 bilhões), fruto, em boa medida, da mudança do ambiente internacional (subida de juros nos EUA com valorização global do dólar, políticas comerciais protecionistas e aperto de condições financeiras).

Já o mercado de capitais doméstico ainda manteve expansão de 42% no 1º semestre de 2018 (R\$ 93,1 bilhões vs R\$ 65,5 bilhões). Aqui, é possível observar nova dualidade. As emissões de debêntures cresceram acima de 100% no período, totalizando R\$ 60,5 bilhões. Já as captações no mercado de renda variável apresentaram queda de 51%, somando apenas R\$ 6,9 bilhões.

Assim como no caso das captações externas, a mudança do quadro internacional e o cenário de incerteza doméstica levaram as empresas a adiarem decisões de aumento de base de capital. Já são dois meses consecutivos (maio e junho) sem qualquer lançamento.

Olhando conjuntamente para a dinâmica de 2017 e 2018, conclui-se que as empresas brasileiras ainda estão, após a forte recessão do biênio 2015-2016, em processo de desalavancagem.

Essa é uma das causas do lento processo de recuperação da economia. As boas condições internacionais até o início de 2018 e a queda das taxas domésticas de juros permitiram que o mercado de capitais cumprisse o papel de ser um instrumento catalisador de melhoria do balanço patrimonial das companhias. De acordo com caderno Especial do **Valor** de Captações Externas, grande parte dos recursos captados externamente foi utilizado na gestão de passivos e pré-pagamento de dívidas anteriores².

O mesmo ocorreu na emissão de debêntures domésticas, onde mais de 70% tiveram como destinação o refinanciamento de passivo, capital de giro ou recompra/regaste de emissão anterior.

No entanto, é importante salientar que a canalização de recursos via instrumentos privados de mercado para o financiamento de investimentos de longo prazo ainda é bastante modesta. Um caminho promissor é o fortalecimento do mercado de debêntures incentivadas, destinadas, sobretudo, para os projetos de infraestrutura.

Dessa forma, o Brasil não pode abdicar de nenhuma fonte de recursos para o financiamento de investimentos. Especialmente para as micro, pequenas e médias empresas, que não possuem acesso ao mercado de capitais, e para atividades mais arriscadas - inovação e infraestrutura - o direcionamento de recursos ainda deverá desempenhar um papel relevante.

1 A Instrução CVM nº 476, também conhecida por emissão via "esforços restritos" é aquela em que a oferta é realizada para no máximo 75 investidores considerados profissionais, ou seja, com investimento financeiro acima de R\$ 10 milhões.

2 Disponível em: <https://bit.ly/2OnyOsI>

Leticia Magalhães é mestre em Economia pela EPGE-FGV
Gilberto Borça Jr. é mestre em Economia pelo IE-UFRJ.

É um bom momento para olhar para investimentos no Brasil, diz estrategista da gestora Blackrock

09/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 08-08-2018)

Segundo Axel Christensen, melhores decisões são tomadas quando ninguém está investindo

As incertezas eleitorais jogam sombras sobre o mercado brasileiro, mas são uma ótima oportunidade para olhar para ativos locais enquanto outros investidores hesitam em se posicionar, afirma Axel Christensen, estrategista-chefe para América Latina e Ibéria da gestora Blackrock.

Mesmo faltando menos de dois meses para o primeiro turno, ainda há pouca clareza sobre quem tem mais chance de ser o próximo presidente. “Os investidores tendem a favorecer previsibilidade em vez de imprevisibilidade. Eles buscam isso, não gostam de surpresa”, afirma.

Ou, como ele resume: a melhor surpresa é a não surpresa.

Na falta dessa certeza, preferem congelar investimentos e decisões sobre onde alocar recursos até terem um cenário mais sólido.

Dito isso, prossegue, "as melhores decisões são tomadas quando você investe quando o restante não está investindo".

O que torna o atual contexto "um bom momento de olhar para os investimentos no Brasil", na avaliação do estrategista-chefe para América Latina e Ibéria da Blackrock, que, no mundo, tem US\$ 6,3 trilhões de ativos sob gestão.

Enquanto essa certeza não vem, o real tende a permanecer volátil e refletindo as dúvidas em relação ao resultado eleitoral, diz Christensen. "O real pode ficar sensível, mas quando houver um resultado, algumas dessas variáveis tendem a se recuperar. Vimos isso com o peso mexicano", diz.

Então, no curto prazo pode haver uma desvalorização da moeda, mas, após as eleições, são grandes as chances de o real devolver parte desse prêmio de risco. "É o incerto se tornando certo", afirma.

Para ele, os ativos brasileiros estão baratos em dólar, enquanto as perspectivas para a economia e para o ganho das empresas ainda são positivas, o que favorece um fluxo de investimentos para o país.

"As empresas fizeram muitos ajustes para sobreviver à crise. Quando a economia voltar a crescer, vão refletir essa nova perspectiva", avalia.

Ele vê oportunidades nos setores de mineração, papel, bens de capital. Por outro lado, há companhias ou segmentos mais sensíveis ao resultado eleitoral, com nível de regulação maior, como financeiro e serviços públicos.

"Estamos mais cautelosos com as perspectivas para essas empresas. O mesmo acontece com a renda fixa", ressalta.

Segundo Christensen, o país ainda oferece taxas de juros atrativas, o que é algo que investidores apreciam, mas a situação fiscal ainda causa preocupação.

"Quem ganhar as eleições deste ano terá que propor ações para enfrentar a situação fiscal. Há oportunidades, mas riscos associados a essas oportunidades que temos que acompanhar de perto."

Essa situação ganha ainda mais força em meio a um cenário de aumento de juros nos Estados Unidos, como acontece hoje.

O Federal Reserve (Fed, banco central americano) deve elevar as taxas mais duas vezes neste ano. Ou seja, a diferença entre o juro americano e o brasileiro pode diminuir ainda mais, se a taxa Selic for mantida em 6,5% ao ano, atraindo os investidores para os títulos de dívida dos EUA.

"O mercado doméstico americano está mais atraente. Então a disponibilidade de tomar risco em emergentes diminui, por isso a volatilidade nesses mercados", complementa.

IPC-S acelera em 5 das 7 capitais analisadas na 1ª quadrissemana de agosto

09/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), acelerou em cinco das sete capitais pesquisadas na primeira quadrissemana de agosto ante a quarta medição do mês anterior, divulgou a instituição nesta quinta-feira, 9. No geral, o IPC-S avançou de 0,17% para 0,20% entre os dois períodos.

Em junho, a taxa havia sido de 1,19%, refletindo o desabastecimento gerado pela greve dos caminhoneiros no fim de maio. O movimento indica a normalização da oferta de bens e produtos nas capitais.

Por região, os acréscimos no período foram: Brasília (-0,20% para -0,19%), Recife (0,11% para 0,14%), Rio de Janeiro (0,10% para 0,14%), Porto Alegre (0,13% para 0,18%) e São Paulo (0,28% para 0,37%). Os decréscimos foram verificados em Salvador (0,33% para 0,21%) e Belo Horizonte (0,27% para 0,25%).

Dólar opera em alta com exterior e política local

09/08/2018 – Fonte: G1

Na véspera, a moeda norte-americana caiu 0,03%, vendida a R\$ 3,7667.

O dólar opera em alta nesta quinta-feira (9), acompanhando a trajetória externa em meio aos temores dos efeitos da guerra comercial entre Estados Unidos e seus parceiros e ainda com cautela diante do cenário eleitoral no Brasil, segundo a Reuters.

Por volta de 9h15, a moeda norte-americana subia 0,67%, vendida a R\$ 3,7898. Na quarta-feira, a China anunciou que vai impor tarifas adicionais de importação de 25% sobre US\$ 16 bilhões em produtos norte-americanos, como resposta à mesma medida tomada pelos EUA na véspera.

O reajuste de 16,38% aprovado pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para seus salários e encaminhado ao Ministério do Planejamento, para vigorar em 2019, também contribuía para o mau humor dos investidores nesta sessão, diante da necessidade de se ajustar o rombo das contas públicas.

O Banco Central brasileiro realiza nesta sessão leilão de até 4,8 mil swaps cambiais tradicionais, equivalentes à venda futura de dólares para rolagem do vencimento de setembro, no total de US\$ 5,255 bilhões.

Se mantiver essa oferta diária e vendê-la até o final do mês, terá feito a rolagem integral. Na véspera, a moeda norte-americana caiu 0,03%, vendida a R\$ 3,7667.

Novo presidente terá de indicar regra de reajuste do salário mínimo em abril

09/08/2018 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Política atual prevê que aumento seja concedido de acordo com a inflação e o crescimento dos últimos dois anos, mas só vale até o ano que vem; medida tem impacto nas contas públicas e estará entre as primeiras decisões do próximo governo

O próximo presidente terá de definir já nos primeiros meses de governo se mantém ou se muda a regra atual de reajuste do salário mínimo. O tema é espinhoso porque tem impacto direto nas contas públicas. Em abril, o novo governo terá de indicar qual será o mecanismo de reajuste da principal referência para trabalhadores e aposentados, ao enviar ao Congresso o projeto de lei que dá as diretrizes do Orçamento do ano seguinte.

Criada no início da década, a atual regra do mínimo prevê que o salário deve ser reajustado de acordo com a inflação dos 12 meses anteriores acrescida do crescimento da economia de dois anos antes. Apesar da previsibilidade gerada pela regra, a principal preocupação dos economistas é o peso do mínimo nas contas públicas. Cálculo feito pela equipe econômica ao anunciar o reajuste de 2018 indicava que o aumento de R\$ 1 no salário gerava incremento anual de R\$ 301 milhões nas despesas do governo.



Já nos primeiros meses de governo, próximo presidente terá de definir se mantém ou se muda a regra atual de reajuste do salário mínimo Foto: Fabio Motta/Estadão

Entre os candidatos à presidência, alguns querem manter a regra atual. As campanhas de Marina Silva (Rede) e do Partido dos Trabalhadores informaram que pretendem manter a regra a partir de 2020. Ciro Gomes (PDT) ainda não definiu um modelo e economistas da campanha avaliam o espaço fiscal para determinar como tratar o tema. Uma opção seria dar aumentos reais levando em conta o crescimento médio de anos anteriores e não apenas um ano específico.

Álvaro Dias (Podemos) pretende adotar regra que ofereça reposição da inflação somada ao ganho de produtividade a ser calculada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Os outros candidatos não responderam.

Embora reconheça a importância social da política de aumento do mínimo, o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente, Felipe Salto, diz que a situação fiscal exigirá que o próximo presidente tenha de decidir rapidamente sobre o tema. "Caso o teto de gastos seja atingido, o que pode acontecer em 2019 ou 2020, deverão ser interrompidas medidas que gerem aumento de gasto, inclusive no mínimo", diz.

A emenda constitucional que criou o teto de gastos (mecanismo que impede que o crescimento dos gastos seja superior à inflação) prevê que, em caso de descumprimento, o governo fica impedido de adotar medida que "implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação".

A economista-chefe da Rosenberg Associados, Thais Zara defende que, a partir de 2019, o Brasil volte a ter uma regra discricionária para o mínimo. Ou seja, que o governo anuncie todo ano o reajuste a partir da capacidade financeira daquele momento – sem uma regra fixa. "O governo verifica quanto será possível reajustar, pensando sempre na questão da Previdência, e anuncia". Outros analistas do mercado financeiro compartilham dessa opinião.

O diretor do Dieese, Clemente Ganz, classifica como "retrocesso" a possibilidade de voltar a ter uma política discricionária para o valor do mínimo. "A economia será tomada de surpresa a cada anúncio", diz. Ganz reconhece a fragilidade das contas públicas, mas diz que o trabalhador não pode arcar com todo o ajuste fiscal. Por isso, propõe uma discussão e admite que poderia ser revisto, por exemplo, o ritmo de concessão dos reajustes.

Artigo: Receita tributária reage menos ao crescimento

09/08/2018 – Fonte: GS Notícias/Valor Econômico (publicado em 08-08-2018)

Aqueles que acreditam que o ajuste fiscal pode ser obtido apenas com a retomada do crescimento econômico em ritmo mais acelerado, o que resultaria em maior arrecadação, devem ler um recente estudo elaborado pela Instituição Fiscal Independente (IFI). A principal conclusão da IFI é que a receita tributária está respondendo com menos força à expansão da atividade econômica.

Até 2008, quando o Produto Interno Bruto (PIB) crescia 1%, a receita tributária recorrente (aquela mais diretamente ligada à atividade econômica) apresentava uma expansão superior a 1%. Ou seja, o ritmo de crescimento da arrecadação era superior

ao da economia. Quando o PIB caía, acontecia a mesma coisa: o ritmo de queda da receita era maior.

A partir de 2004, os resultados obtidos pelo estudo da IFI, de autoria dos economistas Gabriel Leal de Barros e Alessandro Ribeiro de Carvalho Casalecchi, apontam para uma tendência de diminuição da resposta da receita ao crescimento econômico.

Na linguagem dos economistas, ocorreu uma tendência de queda da elasticidade da receita em relação ao PIB. A conclusão do estudo é que a elasticidade agora está abaixo de 1. Ou seja, para cada 1% de crescimento do PIB, a receita tributária recorrente aumenta menos de 1%.

O que provocou uma mudança tão significativa, que coloca novos desafios ao processo de ajuste fiscal? Os economistas da IFI apontam três explicações. A primeira é que, nos últimos anos, ocorreram alterações estruturais na composição do crescimento do país, com a indústria, que é relativamente mais tributada que os serviços, perdendo participação no PIB.

Outra explicação é que o governo promoveu forte desoneração tributária. "O governo abdicou de uma montanha de receitas e isso golpeou a dinâmica da arrecadação", observou Felipe Salto, diretor-executivo da IFI, em conversa com o **Valor**.

Uma terceira explicação para o viés de baixa da sensibilidade da receita/PIB foram os cinco Refis concedidos a partir de 2009. As condições vantajosas dos parcelamentos das dívidas tributárias, no âmbito dos Refis, podem ter estimulado empresários a reduzir os pagamentos de tributos.

No estudo, os dois economistas procuraram estimar a magnitude da sensibilidade das receitas ao crescimento econômico. O objetivo foi chegar a um coeficiente que expressasse o efeito que uma alteração no PIB pode provocar no volume das receitas do governo.

Queda da participação da indústria no PIB é uma explicação

O primeiro passo dos economistas para estimar a elasticidade foi retirar do cálculo todos os fatores temporários ou extraordinários que impactam a arrecadação, mas que são alheios à trajetória do PIB.

Não foi considerada a arrecadação obtida pelo Tesouro com concessões, dividendos de empresas estatais, royalties de petróleo e outras, que não resultam da tributação. E, por fim, foram retiradas do cálculo as chamadas receitas atípicas, ou seja, aquelas decorrentes do Refis, da "repatriação de capitais" (o RERCT), os depósitos judiciais e a receita do PIS/Cofins sobre combustíveis, que sofreram continuadas alterações de alíquotas nos últimos anos, entre outras.

Em resumo, o estudo excluiu as receitas com baixa ou nenhuma associação com a atividade econômica (receitas não recorrentes ou atípicas). O objetivo foi calcular o volume da receita recorrente, livre de fatores extraordinários e temporários. A partir daí, estimar de maneira mais pura a sensibilidade da arrecadação à atividade econômica.

Os economistas mostraram que houve um importante crescimento da participação relativa das receitas não recorrentes nos últimos dez anos. Enquanto o volume de receitas atípicas foi equivalente a apenas 1,8% da receita recorrente em 2007 (R\$ 7,2 bilhões), em 2017 o impacto atingiu 8,7% (R\$ 66,6 bilhões; ver tabela acima).

No tocante às receitas previdenciárias, a dinâmica foi semelhante, de acordo com o estudo. O volume de atípicas subiu de apenas 0,4% da arrecadação recorrente (R\$ 0,7 bilhão) em 2009 para 9,2% (R\$ 29,7 bilhões) em 2015. Os dados mostram que o governo ficou dependente, cada vez mais, de receitas atípicas para fechar suas contas,

no momento em que a elasticidade da receita tributária recorrente em relação ao PIB estava em queda.

As estimativas para a elasticidade da receita calculadas pelo estudo são informações sobre o passado, advertiu o economista Alessandro Casalecchi, em conversa com o **Valor**. "Não se pode assegurar que a mesma elasticidade será mantida daqui para frente", explicou. "Mas os dados sugerem que é possível que ela continue baixa", acrescentou.

Como a redução da elasticidade da receita/PIB resultou, em grande medida, de mudanças estruturais na composição do crescimento, o economista Gabriel Leal de Barros considera que a elasticidade baixa deverá permanecer no médio prazo, pois não será possível alterar rapidamente essa realidade. Para os autores do estudo, a redução da elasticidade torna um pouco mais difícil o ajuste fiscal que o setor público brasileiro tanto necessita.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

Conta de luz deve ter custo extra com bandeira vermelha até reta final do ano, diz ONS

09/08/2018 – Fonte: R7 (publicado em 08-08-2018)

As contas de luz devem manter uma cobrança adicional junto aos consumidores acionada pela chamada bandeira tarifária vermelha nível 2 até a reta final do ano, quando acaba o chamado "período seco" na região das hidrelétricas, principal fonte de energia do país, alertou nesta quarta-feira o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata.

As bandeiras, acionadas em situações de menor oferta de geração, estão no nível mais crítico e que gera a maior sobretaxa, em meio a um cenário bastante desfavorável de precipitações. Em julho, por exemplo, as chuvas na área dos reservatórios hídricos foram as piores da história, segundo Barata, que falou durante evento do setor no Rio de Janeiro.

Apesar da situação, o ONS não vê riscos de racionamento de eletricidade.

Especialistas já previam que a bandeira vermelha nível 2 poderia vigorar até o final do ano devido à piora nas chuvas, conforme publicado pela Reuters em meados de junho.

Para compensar as chuvas fracas, no entanto, o órgão do setor elétrico vem despachando mais térmicas, o que aumenta o custo de operação do sistema. Atualmente, há usinas a óleo e diesel acionadas para atender à demanda, as mais caras e poluentes do parque termelétrico do país.

Barata estimou que os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste, onde estão as principais hidrelétricas, deve chegar ao início do chamado "período úmido", em novembro, com nível de armazenamento de entre 18 a 20 por cento, patamar semelhante ao visto no ano passado, o pior do histórico.

A estimativa é bem inferior à estimativa de cerca de 40 por cento realizada em fevereiro, ainda no início do último período de chuvas, que veio abaixo das expectativas.

Já no Nordeste, a perspectiva é de um nível em novembro perto de 30 por cento, contra 5,5 por cento no ano passado, em virtude de uma administração diferenciada da vazão da bacia do São Francisco pelo ONS para manter água no rio Sobradinho.

Temer sanciona MP do Frete e veta anistia às multas da greve dos caminhoneiros

09/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente Michel Temer converteu em lei o projeto da Medida Provisória 832/2018, que ficou conhecida como MP do Frete e instituiu a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas. A sanção da lei está publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira, 9, e veio com um veto: foi retirado da norma o trecho que anistiava as multas e sanções aplicadas em decorrência das paralisações dos caminhoneiros nas manifestações ocorridas entre 21 de maio e 4 de junho de 2018.

Na justificativa do veto, o Planalto alegou que o dispositivo “enseja renúncia de receitas para o Poder Público”, sem contar que as punições foram impostas por decisão judicial e em função do poder de polícia do Estado. “Deste modo, além de representar ingerência fiscal reflexa entre os Poderes, a propositura deveria estar acompanhada de seu impacto orçamentário e financeiro como requisito de validade”.

A nova lei formaliza a instituição de uma tabela com preços mínimos para o transporte de cargas, classificadas em cinco tipos: geral, a granel, frigorificada, perigosa e neogranel. Esses valores devem ser definidos e divulgados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com priorização dos custos referentes ao óleo diesel e aos pedágios.

O tabelamento dos fretes foi uma das medidas do pacote que o governo negociou com os caminhoneiros para pôr fim à paralisação da categoria que durou 11 dias, no fim de maio. A partir daí, a tabela com os preços mínimos do serviço se tornou objeto de grande impasse.

A versão editada em 30 de maio foi substituída por uma outra, para atender ao setor produtivo, que alegou que a tabela levou ao aumento dos custos no transporte de mercadorias.

Uma segunda tabela foi elaborada, mas esta precisou ser revogada pelo governo horas depois de sua edição, desta vez por reclamação dos caminhoneiros. A polêmica seguiu e foi parar na Justiça.

No entendimento do governo, a primeira tabela está em vigor. Algumas entidades empresariais sustentam que não. Mas ainda não há palavra final sobre isso.

Todas as decisões da Justiça sobre o tabelamento estão bloqueadas por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, que só pretende retomar a discussão sobre o assunto no próximo dia 27, com a realização de uma audiência pública. Paralelamente, a ANTT trabalha em uma nova versão da tabela.

Senado aprova MPs que governo negociou com caminhoneiros para encerrar greve

09/08/2018 – Fonte: G1 (publicado em 08-08-2018)

Medidas já estão em vigor, mas precisavam ser aprovadas pelo Congresso. MPs preveem isenção do pagamento de pedágio por eixos suspensos e reserva de fretes da Conab para autônomos.

O Senado aprovou nesta quarta-feira (8) duas medidas provisórias (MPs) negociadas pelo governo federal em maio com os caminhoneiros para encerrar a paralisação da categoria. As MPs preveem isenção do pagamento de pedágio por eixos suspensos dos caminhões

e reserva de 30% dos fretes da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para caminhoneiros autônomos.

Por se tratarem de medidas provisórias, as regras já estão em vigor desde a publicação, mas precisavam ser aprovadas pelo Congresso. As MPs foram aprovadas pela Câmara nesta terça (7) e agora seguirão para a sanção do presidente Michel Temer. A isenção da cobrança de pedágio sobre os eixos suspensos já é prevista na Lei dos Caminhoneiros.

O governo, no entanto, diz que estados têm interpretado que a regra só vale para as rodovias federais concedidas. A greve dos caminhoneiros durou 11 dias, entre maio e junho, e levou o país a uma crise no abastecimento. Postos de combustíveis ficaram sem gasolina, aeroportos não tinham querosene para os aviões e diversos produtos não chegaram aos supermercados.

Policiais rodoviários

O Senado também aprovou nesta quarta-feira a medida provisória que prevê indenizações para policiais rodoviários federais que trabalharem durante a folga para atender a situações de emergência ou que precisarem de grande mobilização do efetivo.

Os recursos serão pagos aos agentes que decidirem trabalhar nestes momentos, de forma voluntária. A indenização tem caráter temporário e emergencial.

Pelo texto da MP, caberá ao ministro da Segurança Pública estabelecer a quantidade de servidores para atender as demandas por efetivo, além dos critérios e condições para a concessão da indenização.

Para policiais rodoviários que trabalharem durante seis horas, a indenização será de R\$ 420. Para quem trabalha por 12 horas, o valor chegará a R\$ 900. Esses valores estarão isentos da incidência do imposto de renda e da contribuição previdenciária.

O texto enviado pelo Poder Executivo, a estimativa de despesas com a indenização para 2018 alcança R\$ 16,8 milhões. Em 2019 e 2020, a estimativa é de 28,8 milhões, em cada ano.

Eixo suspenso fica isento de pedágio

09/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O plenário do Senado aprovou na quarta-feira, 8, o projeto de lei decorrente da MP 833 que isenta caminhões que circularem com eixo suspenso de pagar pedágio em todo território nacional.

A proposta foi uma das medidas negociadas entre o governo federal e caminhoneiros para acabar com a paralisação de 11 dias feita por esses profissionais em estradas do País.

Uma das emendas acatadas durante a tramitação da proposta, apresentada pelo senador Lasier Martins (PSD-RS), proíbe também as concessionárias de aumentarem o valor do pedágio para o motorista de veículo de passeio como forma de compensar a isenção.

Impacto da greve dos caminhoneiros na inflação foi pontual, avalia IBGE

09/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 08-08-2018)

O impacto da greve de caminhoneiros sobre a inflação oficial foi pontual e passageiro, avaliou Fernando Gonçalves, gerente na Coordenação de Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os bloqueios em estradas de todo o País, que se estendeu por onze dias ao fim de maio, levaram a uma crise de desabastecimento, pressionando os preços em junho.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) saiu de alta de 0,40% em maio para aumento de 1,26% em junho. Em julho, a inflação foi de 0,33%.

“A gente tem que aguardar para ver, talvez na parte de alimentos tenha algum resquício de possível impacto da greve sobre preços em agosto. Mas aparentemente foi pontual e já terminou. Se tiver alguma coisa, vai ser bem residual”, afirmou Gonçalves.

Em julho, os alimentos e os combustíveis devolveram parte da alta exacerbada registrada no mês anterior sob influência ainda da paralisação dos caminhoneiros. “A taxa do IPCA só não foi mais baixa por causa da pressão da energia elétrica”, apontou Gonçalves.

Os gastos com Habitação subiram 1,54% em julho, enquanto os Transportes aumentaram 0,49%. Os Artigos de residência tiveram elevação de 0,47%; Saúde e cuidados pessoais, 0,07%; Despesas pessoais, 0,31%; e Comunicação, 0,08%.

Por outro lado, as famílias pagaram menos por Alimentação e bebidas (-0,12%), Vestuário (-0,60%) e Educação (-0,08%).

Novo cálculo de subvenção inclui custos de importação e deve encarecer diesel

09/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 08-08-2018)

Proposta será discutida em audiência pública e deve passar a valer a partir de 31 de agosto

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) divulgou nesta quarta (8) proposta de fórmula para o cálculo do preço do diesel a partir de setembro. O modelo inclui custos de importação do combustível e deve aumentar o valor de venda por refinarias e importadores.

A revisão da fórmula estava prevista na Medida Provisória 838, que regulamentou a terceira fase do programa de subvenção criado em maio para pôr fim à greve dos caminhoneiros. O texto determinou à ANP que passasse a considerar os custos de importação.

A nova fórmula trata do preço de referência, uma estimativa do valor de mercado do diesel calculada pela ANP diariamente e usada para definir o valor da subvenção. O preço de venda por refinarias e importadoras é chamado de preço de comercialização e será definido a cada 30 dias na fase atual do programa.

Em nota técnica divulgada nesta quarta, a agência propõe acrescentar ao preço de referência do diesel o custo do frete marítimo, de acordo com tabela da consultoria Platts - que, segundo executivos do setor, está hoje em torno de R\$ 0,07 por litro.

Além disso, inclui uma parcela fixa que representa outros custos de importação, como seguros e taxas portuárias, variando entre R\$ 0,0048 por litro no Norte e Centro-Oeste a R\$ 0,0542 por litro no Sudeste e Centro Oeste.

Nesta quinta (9), por exemplo, o preço de referência do diesel nas regiões Sudeste e Centro Oeste será R\$ 2,3421 por litro. Já o preço de comercialização para as mesmas regiões é de R\$ 2,1055 por litro.

A proposta será discutida em audiência pública com o mercado de combustíveis e, segundo as regras do programa de subvenção, entra em vigor no dia 31 de agosto. Sobre ela, a ANP calculará o novo preço de comercialização: que, segundo o decreto, é igual ao preço de referência menos R\$ 0,30.

O programa de subvenção começou a vigorar no fim de maio e tem custo estimado em R\$ 9,5 bilhões. Na primeira fase, até 6 de junho, deu desconto de apenas R\$ 0,07. A partir da segunda fase, o desconto foi elevado para R\$ 0,30.

Até o momento, porém, apenas duas pequenas refinarias - Dax Oil Refino e Refinaria Riograndense de Petróleo - receberam ressarcimento em relação às fases iniciais, em um valor de R\$ 121 mil.

Na última sexta (3), a Petrobras informou ter a receber R\$ 871 milhões referentes aos descontos concedidos nos primeiros 30 dias, período que deveria ser pago até o dia 26 de julho.

Comissão especial aprova parecer da MP do Diesel

09/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 08-08-2018)

A comissão especial do Congresso que analisa a Medida Provisória (MP) 838/2018, que cria uma subvenção de R\$ 0,30 por litro de diesel, aprovou nesta quarta-feira, 8, o relatório elaborado pelo deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP).

O relator desistiu de prorrogar a subvenção até pelo menos fevereiro, como ele havia informado na terça-feira, 7. O relatório mantém o fim do benefício no dia 31 de dezembro, apesar da grande preocupação criada com o fato de a política se encerrar no último dia de mandato do presidente Michel Temer, colocando um problema imediato para seu sucessor.

Ao explanar seu relatório, Jardim explicou que não foi encontrada uma fórmula que permitisse, do ponto de vista técnico, prorrogar o subsídio já no texto da MP. "A extensão de prazo representa custo adicional, e isso não poderia entrar na MP sem que tivéssemos uma dotação orçamentária", explicou o relator.

A proposta do Executivo para o Orçamento de 2019 só deverá chegar ao Congresso no fim deste mês. No entanto, a MP do Diesel perde validade se não for votada até o dia 10 de outubro e o calendário para sua votação está apertado. O plano é votar o relatório no plenário da Câmara na próxima semana e, no Senado, durante o esforço concentrado do mês de setembro.

O relator ainda incluiu no parecer os termos da MP 847/2018, que foi publicada pelo governo no início do mês. Essa MP mantém a concessão do subsídio ao diesel até 31 de dezembro de 2018 e especifica que o benefício se aplica ao diesel rodoviário.

Cade pede dados de apuração sobre investigação de distribuidoras

09/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) pediu informações à Polícia Civil e ao Ministério Público do Paraná sobre investigação aberta para apurar conduta anticompetitiva de Raízen (dona da marca Shell), BR e Ipiranga no Estado. Caso sejam encontrados indícios de infração, o órgão poderá abrir sua própria apuração.

O pedido do Cade foi enviado após os órgãos paranaenses deflagrarem uma operação que prendeu oito gerentes e assessores comerciais das distribuidoras, no fim de julho.

Segundo o MPF, as distribuidoras atuaram para controlar o preço final dos postos de gasolina com bandeira, prejudicando a concorrência.

As empresas teriam mantido até uma equipe de motoboys para circular por cidades paranaenses tirando fotos e informar os preços nas bombas.

Outros casos

O setor de combustíveis tem se mostrado um desafio para o Cade. Na semana passada, a pedido do Ministério Público, a Justiça do Distrito Federal bloqueou R\$ 800 milhões em bens de pessoas físicas e empresas investigadas por formação de cartel no segmento.

Essa operação é um desdobramento da Operação Dubai, feita em conjunto com o Cade, em 2015. A suspeita é que tenha sido formada uma organização criminosa com pelo menos 13 redes de postos de combustíveis, que atuou de janeiro de 2011 a abril de 2016.

Há, no Cade, um processo envolvendo as três distribuidoras, investigadas por suposto cartel em Belo Horizonte. Além disso, a Ipiranga é investigada pelo mesmo motivo, em Joinville (SC). Já a Raízen foi condenada em processos que investigaram fixação de preço em Bauru, Marília e São Carlos, no interior de São Paulo.

Outro lado

Procuradas, as empresas afirmam que não foram notificadas pelo Cade e desconhecem a investigação.

Em função disso, Ipiranga e Petrobrás, dona da BR, afirmaram que não iriam comentar. A Petrobrás reforçou "que pauta sua atuação pelas melhores práticas comerciais, concorrenciais, de ética e respeito ao consumidor, exigindo o mesmo comportamento de seus parceiros".

A Raízen, licenciada da marca Shell no Brasil, afirmou que possui altos padrões de governança em relação às suas políticas comerciais e "confia que, na hipótese de ser aberto um procedimento administrativo pelo Cade, a conclusão será pela legalidade das condutas da Raízen e de seus representantes".

Apesar de inflação baixa, energia e combustíveis pesam no custo de vida

09/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Índice desacelerou em julho após forte alta causada pela paralisação de caminhoneiros

A inflação se mantém baixa e está longe de ser uma preocupação, mas itens como energia elétrica e combustíveis seguem pesando no orçamento do consumidor, fazendo com que perdure a sensação de que a baixa inflação oficial não se reflete nos gastos do dia a dia.

Após a maior alta dos últimos 23 anos influenciada pelos efeitos da paralisação dos caminhoneiros, a inflação medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) desacelerou em julho.

A alta foi de apenas 0,33% em relação a junho, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em 12 meses, os preços sobem 4,5%, bem acima da média em 12 meses registrada até maio, abaixo de 3%.

O consenso dos economistas, no entanto, é que a inflação deve perder força nos próximos meses e encerrar o ano mais próximo de 4,1%, em meio a um cenário de lenta recuperação do mercado de trabalho e grande ociosidade da produção, como aponta a MCM Consultores.

A despeito da trajetória mais contida da inflação cheia, os grupos de preços se comportam de modo diferente.

Enquanto os chamados preços livres (alimentos e vestuário, por exemplo) subiram 0,13% em julho, os administrados —aqueles estabelecidos por contrato ou por órgão público— avançaram 0,89%.

Em 12 meses, o descompasso é ainda maior: os livres sobem 2,2% e os administrados, 11,4%. Os pesos dados a cada grupo explicam o resultado final.

Como ficou claro nos protestos de maio, a maior contribuição para a alta dos administrados veio dos combustíveis. Em 12 meses, a gasolina subiu 28,4%, respondendo por mais de 40% da alta dos administrados. Também entre os itens que mais subiram, a energia elétrica avançou 18% no período.

Na outra ponta, o grupo alimentação caiu 0,12% em julho e, em 12 meses, tem leve alta de 1,4%. Vilões de outrora, como o tomate, caem mais de 23% no período.

Para Flávio Serrano, do Banco Haitong, a queda dos alimentos é importante porque o grupo tem um peso maior na cesta dos mais pobres.

Segundo o IBGE, o INPC (índice que calcula a inflação para famílias que ganham até cinco salários mínimos) sobe 3,6% em 12 meses, abaixo, portanto do IPCA.

“Parte da população vê que a gasolina ficou mais cara, mas não que o supermercado ficou mais barato. Apesar dessa sensação, estamos gastando menos”, diz Serrano.

Glencore tem lucro semestral recorde e vê custos mais altos

09/08/2018 – Fonte: R7 (publicado em 08-08-2018)

A Glencore relatou nesta quarta-feira um aumento de 23 por cento nos lucros do primeiro semestre, um pouco abaixo das previsões dos analistas, já que os custos mais altos e os preços mais baixos para o cobalto e outros produtos afetaram os resultados.

A mineradora e trading de commodities disse que seus lucros para o período de janeiro a junho foram recordes, mas o CEO da companhia Ivan Glasenberg disse que as condições do mercado devem permanecer voláteis.

Muitas ações de mineração reduziram ganhos este ano, com os mercados de metais enfraquecidos em resposta às tensões comerciais e à incerteza sobre a demanda chinesa.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado da Glencore no primeiro semestre somou 8,3 bilhões de dólares, abaixo da previsão de consenso de 8,5 bilhões.

CSN espera fechar venda de ativos no exterior até outubro

09/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 08-08-2018)

Plano inclui usinas de aço em Portugal e na Alemanha e venda antecipada de minério de ferro

A CSN espera concluir até outubro a venda de ativos no exterior, que incluem usinas de aço em Portugal e na Alemanha, em uma estratégia que deve incluir ainda acordo para venda antecipada de minério de ferro, afirmaram executivos da companhia nesta quarta-feira. A empresa, que encerrou o segundo trimestre com alavancagem de 5,34 vezes, espera conseguir US\$ 1 bilhão (R\$ 3,77 bilhões) com a venda dos ativos e mais US\$ 1,5 bilhão com acordo de venda antecipada de minério de ferro.



Alto-forno da(CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) em Volta Redonda (RJ) - Antônio Gaudério/Folhapress

"Esperamos conseguir este ano US\$ 3 bilhões em desalavancagem. Se conseguirmos isso, dobraremos o valor da companhia", disse o presidente da CSN, Benjamin Steinbruch, durante teleconferência com analistas.

A conta inclui os US\$ 400 milhões levantados pela CSN no final de junho com venda de usina nos Estados Unidos.

Segundo Steinbruch, a CSN tem meta de reduzir a alavancagem para um múltiplo de 4 vezes a relação dívida líquida sobre lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização até o final do ano.

Porém ele afirmou que seu "objetivo pessoal" é que a empresa consiga chegar a 3,5 vezes neste ano e 2,5 vezes ao final de 2019.

Centenária, Votorantim amplia diversificação

09/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 08-08-2018)

Companhia completa cem anos em 2018 com objetivo de investir mais em energia elétrica e em ativos imobiliários



Fábrica da Votorantim na cidade de Sobral (CE) - Karime Xavier/Folhapress

O grupo Votorantim completa cem anos em 2018 com a meta de ter mais estabilidade na receita a partir de uma nova etapa na diversificação dos negócios.

A empresa quer ampliar seus investimentos em geração de energia elétrica e no mercado imobiliário, segundo o diretor-presidente, João Miranda. "É uma grande jornada que começou com indústria de base e hoje já assume um contorno bastante diferente", disse.

A geração de caixa do grupo ainda está muito atrelada a empresas de mineração, alumínio e cimento.

Juntas, essas operações representaram 95% do Ebitda (lucro antes de impostos, juros, depreciação e amortização) ajustado do grupo no primeiro trimestre deste ano —sem contar as empresas de sucos e o banco Votorantim.

O objetivo é ampliar a participação de negócios que estejam menos expostos às variações de câmbio e de preços de matérias-primas.

Desde o ano passado, a companhia decidiu se desfazer de sua empresa de celulose, a Fibria (vendida para a Suzano) e de sua operação de aço longo (que passou a ser subsidiária da ArcelorMittal Brasil).

Ao mesmo tempo, acertou uma parceria com um fundo de pensão canadense, o CPPIB (Canada Pension Plan Investment Board), para ampliar presença na geração de energia, com foco em fontes renováveis.

A meta é atuar tanto no mercado livre de energia (em que consumidores negociam contratos de compra e venda com os geradores) como participar de leilões no mercado regulado (em que as distribuidoras contratam a usina por um prazo longo), diz Miranda.

O grupo tem buscado tanto aquisições como o desenvolvimento de novos projetos.

Outro segmento com perfil de receita mais estável no qual o grupo pretende investir é o setor imobiliário. "Gostaríamos de desenvolver uma carteira de propriedades imobiliárias existentes, para renda ou para ganhos de capital."

Além disso, a Votorantim avalia entrar no setor de infraestrutura, potencialmente assumindo concessões —no entanto, ainda não há alvos específicos, segundo Miranda. "A gente olha o assunto há três anos já, apesar de estar no momento errado para isso. Mas acreditamos muito na demanda dos serviços e que as relações público-privadas serão necessárias", diz.

No ano passado, o grupo reverteu o prejuízo líquido de R\$ 1,25 bilhão em 2016, ao atingir um lucro líquido de R\$ 810 milhões. No primeiro trimestre deste ano, o resultado positivo se manteve, com um lucro líquido de R\$ 150 milhões no primeiro trimestre.

Em meio a uma onda de maior participação de empresários na política, o grupo também aproveitou o centenário em ano eleitoral para lançar um aplicativo para ajudar eleitores a decidirem seus candidatos. O app traz um exercício em que o usuário opina sobre temas debatidos no Congresso Nacional e aponta os partidos que votaram com ele.

Consumo de GNV no Brasil deve crescer 12% em 2018, prevê Abegás

09/08/2018 – Fonte: DCI (publicado em 08-08-2018)

No primeiro semestre, houve um aumento do consumo de aproximadamente 10,8% em comparação ao mesmo período do ano passado



O consumo de Gás Natural Veicular (GNV) no Brasil deverá crescer cerca de 12 por cento em 2018, para média de 6,1 milhões de metros cúbicos por dia, com uma elevação do número de carros que utilizam o combustível, afirmou à Reuters nesta quarta-feira o gerente de competitividade da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), Marcelo Mendonça.

Contribuem com o crescimento, segundo ele, maior competitividade do GNV ante combustíveis líquidos, aumento da percepção de segurança de oferta por parte de

consumidores, após a greve dos caminhoneiros, e a política de preços da Petrobras para a gasolina adotada desde o fim de 2016.

Embora em outros países o GNV já seja utilizado para veículos pesados, Mendonça pontuou que no Brasil o combustível abastece veículos leves, tendo então como concorrentes a gasolina e o etanol.

"Os últimos três anos já foram de crescimento, muito em função da competitividade, mas de 2017 para 2018 houve uma alteração importante: a mudança de precificação (de combustíveis) por parte da Petrobras, adotando uma política... atrelada ao mercado internacional. Essa alteração permitiu que o consumidor realmente tivesse uma realidade de mercado", disse Mendonça.

No fim de 2016, a Petrobras lançou uma política de preços para a gasolina em suas refinarias que segue indicadores internacionais e, há mais de um ano, tem feito reajustes quase que diários do combustível fóssil, sempre em busca de rentabilidade.

No passado recente, o governo controlava os preços da gasolina, evitando repasses aos consumidores e mantendo valores artificialmente baixos.

Entretanto, Mendonça frisou que o crescimento do consumo do GNV recebeu um impulso ainda maior neste ano, devido a uma história greve de caminhoneiros em maio, que deixou diversos postos de combustíveis desabastecidos de gasolina e etanol no Brasil.

Enquanto a gasolina e o etanol são amplamente distribuídos por rodovias, o GNV é entregue via tubulações.

"Esse crescimento (do consumo) tem aumentado muito depois da greve dos caminhoneiros, porque o gás natural, por ser um combustível que é recebido via canalização, independe do transporte rodoviário e acabou sendo um energético de segurança, que propiciou a mobilidade dos caminhoneiros durante esse período de crise", afirmou Mendonça, em uma entrevista pelo telefone.

No primeiro semestre, houve um aumento do consumo de GNV de aproximadamente 10,8 por cento em comparação ao mesmo período do ano passado, para cerca de 5,8 milhões de metros cúbicos por dia.

Em maio, mês da greve dos caminhoneiros, o consumo de GNV teve destaque ainda maior, com alta de 13,9 por cento frente ao mesmo mês de 2017.

Atualmente, cerca de 2 milhões de veículos no Brasil podem consumir GNV.

Deputado 'mais rico' da Câmara será relator da MP do programa Rota 2030

09/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 08-08-2018)

Conhecido por ter o maior patrimônio declarado à Justiça Eleitoral entre os parlamentares eleitos para a Câmara dos Deputados em 2014, o deputado federal Alfredo Kaefer (PP-PR) foi escolhido nesta quarta-feira, 8, como relator da comissão especial destinada a analisar a Medida Provisória 843/2018, que institui uma nova política industrial para o setor automotivo brasileiro, conhecida como Rota 2030.

O programa terá um custo fiscal de até R\$ 1,5 bilhão por ano nos próximos 15 anos, conforme antecipou o Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado. Pelo texto proposto, as montadoras de veículos poderão abater de 10,2% a 12% do valor que investirem em pesquisa e desenvolvimento no pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – aportes em áreas consideradas estratégicas permitirão abatimento maior.

Além de Kaefer, foi definido também o presidente da comissão, que será o senador Eduardo Amorim (PSDB-SE). A reportagem apurou que os nomes escolhidos foram avaliados em uma reunião, na terça, entre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), e o líder do governo no Congresso, André Moura (PSC-SE).

Kaefer é alvo de um inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) para apurar indícios de que empresas do parlamentar teriam sido usadas para a prática de lavagem de dinheiro.

O pedido de instauração do inquérito foi feito pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, em janeiro, para que fossem apurados indícios de que empresas de Kaefer teriam sido usadas para a prática de lavagem de dinheiro e financiamento de sua campanha à Câmara dos Deputados em 2014.

Fenabreve negocia ativar Renave e renovação de frota com o governo

09/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 08-08-2018)



Alarico Assumpção Júnior recebe Michel Temer para abertura do 28º Congresso Fenabreve

Segundo o presidente Alarico Assumpção Júnior, entidade vai reforçar pleito para que projetos saiam do papel

O presidente da Fenabreve, Alarico Assumpção Junior, aproveitou a presença de Michel Temer e de outras autoridades na cerimônia de abertura do 28º Congresso Fenabreve, na terça-feira, 7, em São Paulo, para reforçar a necessidade de agilizar dois assuntos importantes para o setor e que estão esquecidos pelo governo: o primeiro se refere ao **Renave**, sistema informatizado para a transferência de titularidade de veículos, e o segundo é sobre o Programa de Sustentabilidade, projeto de **renovação de frota** que reúne propostas e medidas que vêm sendo pleiteados por diversas entidades de classe desde 2013.

Durante seu discurso, Assumpção destacou as conquistas do setor junto ao governo, mas disse que ainda há pendências a resolver. Na ocasião, Temer afirmou que vai receber os dirigentes da entidade no Palácio do Planalto.

"O assunto não estava morto, estava em stand by. O pedido permanece e ele vai nos atender novamente, vai abrir a agenda para nos receber e para nós nos posicionarmos", disse o presidente da Fenabreve.

Embora nada deva ser resolvido este ano ou neste governo, Assumpção acredita que o reforço dos pedidos pode gerar a criação de condições para que os projetos entrem em vigor. Ele admite que no caso do programa de renovação de frota, o assunto está parado e ainda há alguns pontos a serem acertados.

O projeto foi elaborado por 19 instituições, entre elas a Anfavea, o Sindipeças e a Fenabreve, além de sindicatos de trabalhadores e representantes da cadeia de insumos, e apresentado pela primeira vez ao governo em novembro de 2013 e foi

reapresentado ao MDIC em setembro de 2016 na ocasião da troca de ministro da pasta.

Seu principal objetivo é promover a sustentabilidade da frota de veículos em circulação no Brasil. Alarico aponta que as medidas visam agilizar a retirada de veículos antigos e poluidores das ruas e em contrapartida oferecer facilidades de compra de carros novos ou mesmo usados de menor quilometragem e que estejam em melhores condições de rodagem.

Tal alternativa, segundo ele, pode elevar em 500 mil unidades a venda total de automóveis e comerciais no primeiro ano do programa. Para caminhões, a estimativa é de vendas adicionais de 30 mil unidades.

“Temos uma frota velha e sucateada de caminhões, mas o proprietário não precisa ir direto para o modelo novo, ele pode sair de um caminhão de 30 anos para um de 15 ou 10 anos, até porque muitos não têm fôlego para comprar um caminhão zero quilômetro”, relembra.

Já o Renave, Registro Eletrônico de Transferência de Veículos, foi aprovado em janeiro de 2017 e entrou em vigor em julho do mesmo ano, mas ainda não foi aplicado.

O sistema prevê que a transferência de titularidade seja feita de forma totalmente eletrônica. No caso de uma concessionária ou uma revenda independente, um carro recebido como parte do pagamento para a compra de um novo é registrado duas vezes: na hora da compra pela loja e na hora de sua venda para um terceiro.

Este processo demora em torno de 25 a 30 dias, em média. No sistema previsto pelo Renave, um único registro é o suficiente para a compra e a venda.

“Temer ficou de ver a possibilidade de agilizar, até porque o Denatran está sob o controle do Ministério das Cidades”, disse.

Alarico lembra que a medida já é lei, mas falta a integração dos sistemas de inteligência dos Detrans (estaduais) com o Denatran, de responsabilidade do Serpro.

Segundo o dirigente, as transferências ainda são feitas via papel. Para ele, com a medida aplicada, haveria economia não só de tempo, mas de custo com despesas burocráticas e de cartório.

“Haveria um ganho [economia] de R\$ 6 bilhões com o fim das duplicidades do registro de entrada e saída, uma vez que um registro de troca de titularidade custa entre R\$ 900 e R\$ 1 mil.

Com o Renave, o custo vai a R\$ 150, R\$ 180, porque você não tem a duplicidade e a burocracia. Hipoteticamente, estamos falando de um processo que cai de 30 dias para algo entre três e cinco dias”, explicou.

Bridgestone confia em crescimento para este ano

09/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 08-08-2018)

A **Bridgestone** parece viver um momento melhor que o de outros fabricantes de pneus instalados no Brasil, cujas vendas cresceram em média apenas 2,3% neste primeiro semestre sobre iguais meses de 2017 (veja [aqui](#)).

"Tivemos um bom ano tanto na venda para as montadoras como no mercado de reposição. É certo que vamos crescer em 2018", afirma o diretor de marketing, Oduvaldo Viana.

Os dados divulgados pela Anip, associação dos fabricantes, revelam queda no segmento de reposição, compensada pela alta nas vendas às montadoras. Viana concedeu entrevista a **Automotive Business** durante a apresentação do pneu Firestone F 440. Ele diz que a maior alta foi no segmento de pneus para carga (o que também ocorreu na indústria de pneus), já que a produção de caminhões subiu 37,7% na primeira metade do ano.



A Bridgestone também foi beneficiada na primeira metade de 2018 com a produção de 1,4 milhão de automóveis no Brasil, 13,6% a mais que em iguais meses de 2017. Viana não revela números, mas garante: "Também tivemos bom crescimento nos pneus agrícolas, que produzimos em Santo André assim como os de carga e parte da linha de passeio."

Ele informa que suas vendas ao setor de máquinas agrícolas ficaram acima dos resultados do setor, em que a produção na primeira metade do ano foi ligeiramente pior (-2,4%) que o total anotado em iguais meses do ano passado.

O diretor de marketing afirma ainda que, a despeito da queda recente na exportação de automóveis (sobretudo para Argentina e México), a Bridgestone ainda não sentiu os efeitos porque os modelos para os quais fornece pneus estão com as vendas em alta.

Firestone FS 440 promete rodar 20% a mais

09/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 08-08-2018)



Firestone FS 440 é produzido em duas medidas e está chegando a 400 pontos de venda

Novo pneu também é o primeiro da categoria com nota A em aderência no molhado

A Bridgestone começa a vender em sua rede de 400 distribuidores no Brasil o pneu comercial **Firestone FS 440**. O novo modelo pode ser montado em eixos direcionais, livres ou de tração moderada em caminhões e ônibus. Segundo a empresa, ele tem rendimento quilométrico 20% maior que o FS 400, que sai de linha.

O lançamento é fabricado em duas medidas: 295/80R22.5 e 275/80R22.5, sendo esta a primeira do segmento de carga no Brasil a receber nota A (a melhor possível) em aderência no piso molhado pelo programa de etiquetagem de pneus.

"É um pneu dirigido a consumidores que têm em mente a marca Firestone e buscam preço e durabilidade", afirma o gerente de produto da Bridgestone, Marcelo Cruz.

Além do mercado de reposição, a fabricante também mira as montadoras. "Já está em processo de homologação", garante Cruz. Outros destaques do novo pneu são os ejetores de pedras nos dois sulcos centrais. Eles evitam que pedriscos se encaixem ali, o que aumenta a proteção da carcaça contra danos.

O pneu tem ainda ombros arredondados, que aumentam a resistência ao arraste lateral, evitando pequenas rupturas e lascas na lateral da banda de rodagem. A Bridgestone não informa valores, mas garante que o F 440 terá preço compatível com pneus concorrentes.

Ele é produzido na fábrica de Santo André (SP), uma das quatro da Bridgestone no Brasil. A empresa tem também uma unidade para pneus de passeio em Camaçari (BA) e outras duas para bandas de rodagem, uma em Mafra (SC) e outra em Campinas (SP).

Ainda pelo programa de etiquetagem, a medida 275/80R22.5 recebeu nota D em resistência ao rolamento. A medida 295/80R22.5 teve B em aderência no molhado e C em resistência ao rolamento. Nesses dois quesitos, as letras vão de A a G. Como se sabe, a Firestone foi incorporada pela japonesa Bridgestone em 1988.

Lucro da Randon cresce 263% no semestre, receita avança 48%

09/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 08-08-2018)

Recuperação do mercado de caminhões turbinou resultado das empresas do grupo

A recuperação do mercado nacional de caminhões empurrou para cima o desempenho financeiro de todas as empresas do grupo **Randon**.

O **balanço do primeiro semestre** divulgado na quarta-feira, 8, registra **receita líquida** consolidada de R\$ 1,94 bilhão, que representa expressivo crescimento de 48,1% sobre o mesmo período do ano passado. O **lucro líquido** cresceu bem mais, 263%, para 74,6 milhões, demonstrando rápido avanço da rentabilidade na primeira metade do ano.

O EBTIDA (lucro antes de impostos, despesas financeiras e depreciação de ativos) somou R\$ 285,8 milhões, em alta vistosa de 111,5%, garantindo margem de rentabilidade sobre faturamento de 14,7%, resultado semestral 4,4 pontos percentuais acima do verificado um ano antes.

"A necessidade de renovação da frota nacional e a vantagem competitiva de produtos mais atualizados, que trazem maior eficiência e produtividade à operação, têm sido fatores fundamentais na tomada de decisão de compra dos transportadores", observa Geraldo Santa Catharina, diretor de relações com investidores das Empresas Randon, para explicar o bom desempenho do primeiro semestre.

EXPORTAÇÕES EM RITMO MAIS LENTO

O desempenho das Empresas Randon no Mercado externo foi bem menos pujante no primeiro semestre, mas ainda assim houve crescimento de 7,3% nas receitas em dólar, que somaram US\$ 77,8 milhões, que graças à desvalorização do real foram convertidos em R\$ 231,5 milhões, valor 16,2% mais alto que o registrado nos mesmos seis meses de 2017.

Os mercados externos mais representativos foram os países do Mercosul e Chile, seguidos pelos integrantes do NAFTA (México, Canadá e Estados Unidos), que representaram 46,2% e 33,6% do total das exportações consolidadas, respectivamente.

Nas operações instaladas no exterior, com eliminações das vendas entre as empresas do grupo, a receita bruta total no segundo trimestre de 2018 totalizou US\$ 31,9 milhões, aumento de 34,8% sobre o apurado de abril a junho de 2017.

O total entre a soma das exportações e das receitas geradas no exterior (com eliminações) foi de US\$ 72,9 milhões no trimestre, contabilizando crescimento de 11,8% sobre o mesmo período do ano passado.

DIVISÕES

A unidade do grupo fabricante de implementos rodoviários apresentou o maior crescimento, com produção no primeiro semestre de 8.711 carretas vendidas nos mercados interno e externo, em forte crescimento de 58,8% na comparação com o mesmo período de 2017, o que levou a participação de mercado da companhia para 39,1%, superando em 2,2 pontos a marca de 36,9% atingida na primeira metade do ano passado.

Segundo comunicado da Randon, a carteira de produção dos principais fabricantes indica a continuação de volumes positivos para os próximos meses.

. Para as empresas do grupo fabricantes de autopeças, a produção maior de caminhões se reflete em aumento da demanda. Apesar da greve dos caminhoneiros também ter afetado o segmento, as operações já se ajustaram e a carteira de pedidos está consistente para os próximos meses, informa a Randon.

Com relação ao mercado externo e o mercado de reposição, as novas aquisições fortaleceram ainda mais a posição das Empresas Randon no segmento de autopeças. No último trimestre, a controlada Fras-le registrou bom desempenho nas operações no exterior que, juntamente com a desvalorização do real diante do dólar, contribuiu para a expansão dos volumes e receitas no período.

FRAS-LE

Com balanço em separado também já divulgado, a **Fras-le**, empresa do grupo Randon fabricante de pastilhas e lonas de freios, informou que obteve receita líquida consolidada de R\$ 529,2 milhões no primeiro semestre, em alta de 34,8% sobre o mesmo período de 2017.

As exportações da Fras-le somaram R\$ 289,4 milhões em seis meses e cresceram expressivos 42,1%, representando mais da metade das receitas, que no mercado brasileiro totalizaram R\$ 239,7 milhões, em alta de 27%.

A soma do faturamento das exportações e das operações no exterior da empresa totalizaram US\$ 84,3 milhões na primeira metade do ano, em notável expansão de 40%.

A rentabilidade da Fras-le também cresceu acentuadamente: o lucro líquido atingiu R\$ 61,7 milhões, em alta de 63,3%, e o EBTIDA chegou a R\$ 114,1 milhões, aumentando 136,8% sobre o primeiro semestre de 2017.